



capes

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

presidência - Raimundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura.

conselho deliberativo - Ester Figueiredo Ferraz (diretora do Ensino Superior), Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Carlos Alberto Del Castillo, Oswaldo Gonçalves de Lima, Metry Bacila, Frederico G. Brieger, Pedro Paulo Penido, Francisco Vítor Rodrigues.

diretoria-executiva - Gastão Dias Velloso.

*panorama
do ensino
superior*

Antônio de Gamarra

Basta folhear as páginas do volume IV de "A EDUCAÇÃO NO MUNDO" para verificar-se que as estruturas tradicionais em que se desenvolveu, até o presente, o ensino superior, se transformaram radicalmente. Durante 1961-1962, a matrícula nos estabelecimentos de ensino de 200 países atingiu a 447 milhões de alunos, o que representa um aumento de mais de 84 milhões sobre a matrícula registrada 4 anos antes, 1957-1958. Tal expansão ultrapassa amplamente o ritmo do crescimento da população mundial no mesmo período.

Nos países altamente industrializados, o número de alunos aumenta, em muitos casos, como resultado da extensão do período de educação obrigatória até o término do ciclo secundário. Nas regiões em vias de desenvolvimento, esse

aumento é devido aos esforços realizados para proporcionar uma instrução básica em idade escolar. A escolarização universal continua sendo o objetivo fundamental na África, Ásia e América Latina.

Consideradas as diferenças resultantes das condições peculiares de cada país ou região, pode-se dizer que, em toda parte, a amplitude do desenvolvimento do ensino permite que os responsáveis pela educação encarem, sob uma luz nova e mais favorável, os problemas que devem resolver.

Dedicado, principalmente, ao ensino superior, o volume IV de "A EDUCAÇÃO NO MUNDO" contém uma descrição das estruturas e as legislações nacionais de ensino, assim como uma série de dados estatísticos que permitem se apreciarem os extraordinários progressos alcançados em todos os níveis, nestes últimos 30 anos.

A educação primária atende a 77,9 % dos alunos, a secundária a 19,1 % e a superior a 3 %. A matrícula universitária triplicou no período de 1930 a 1950, graças ao avanço científico e tecnológico e como consequência do recente aumento da riqueza e do bem-estar, fatores essenciais que alteraram por completo as noções tradicionais de idade do educando e de nível da instrução.

Nos países em vias de desenvolvimento, intervêm, também, fatores psicológicos de singular importância: a partir de 1945, mais de 800 milhões de homens obtiveram independência e se encontraram, pela primeira vez, em condições de adotar um sistema de ensino em concordância com seus desejos. Nenhuma das novas nações está disposta a permitir que continuem nelas o analfabetismo e a miséria.

Na Europa, se bem que a evolução tenha sido bem menos expressiva, o ensino superior foi alvo de uma expansão impossível de ser prevista há 15 ou 20 anos. Em 1950, ainda antes que houvessem sido, completamente, reparados os danos da guerra, multidões de jovens se agrupavam nas portas das Universidades. Foi quando começaram a se manifestar, em toda a sua plenitude, os efeitos do ensino obrigatório nos níveis primário e secundário. Desde essa data, surgem constantemente novas modalidades do ensino científico e técnico. As disciplinas mais tradicionais se adaptam às exigências da

atualidade. Nas ciências humanas, sobretudo, as iniciativas são incontáveis. A rapidez das comunicações, a intensificação dos intercâmbios, a multiplicação dos colóquios, conferências e outras reuniões, fazem com que toda inovação tenha imediata repercussão.

Nos Estados Unidos, o ideal do livre acesso ao ensino superior, para todos, está em vias de realizar-se. Atualmente, há 18 universitários para cada mil habitantes, proporção que aumenta constantemente. Na União Soviética, a matrícula no ensino superior triplicou entre 1930 e 1950, duplicando ainda nos 10 anos seguintes.

O crescimento demográfico, o progresso científico e técnico, o aumento do número de diplomados no ensino secundário, o aparecimento de novas profissões e a tendência para a superespecialização, o acesso das mulheres às universidades, o desejo de todos os países de não se deixarem afastar na corrida do saber, tais são as causas principais de uma expansão sem precedentes do ensino superior.

Na Ásia, esta expansão se verifica seja em um país essencialmente industrial, como o Japão, seja em um país agrícola, como o Afeganistan, seja mesmo nos imensos territórios, em vias de industrialização, da China Continental e da Índia. Neste último país, apesar da pobreza da população, a matrícula universitária aumentou em 25 % entre 1950 e 1960.

Outro fato digno de nota: é muito grande o número de estudantes, sobretudo na União Soviética, que fazem cursos universitários enquanto continuam trabalhando na indústria ou na agricultura.

Os exemplos de resultados magníficos são abundantes. Citemos o caso da Polônia, que, apesar das tremendas destruições da guerra, graças a um heróico esforço de reconstrução realizado desde 1945, contava, em 1962, com 17 universidades em plena expansão, com 3.400 professores e uma média de 5,7 estudantes por mil habitantes. Todos os países da Europa, fiéis às suas velhas tradições universitárias, dedicam grandes esforços ao desenvolvimento do ensino superior.

No que respeita à América Latina, o índice de crescimento desse ensino se estima em 4,4 %, o que, dada sua

conjuntura econômica, representa um progresso notável, insuficiente ainda, sem dúvida, para garantir a formação do pessoal altamente qualificado exigido pelo desenvolvimento econômico da região.

O caráter e a própria concepção do ensino universitário estão em plena transformação. A soma dos conhecimentos humanos aumenta em ritmo prodigioso; só nos campos da física e da biologia, são publicadas mais de 70.000 revistas especializadas. Como sistematizar e utilizar uma documentação tão grande e tão fragmentária? Como conciliar, no que respeita aos estudantes, a necessidade de intensa especialização e a formação amplamente humanística? Em todo terreno se necessitam especialistas, porém, poder-se-á imaginar um mundo em que os especialistas dominem tudo?

O Prof. Basil Fletcher (Universidade de Leeds), que redigiu alguns capítulos da introdução deste volume de "A EDUCAÇÃO NO MUNDO", insiste na necessidade de não serem sacrificadas completamente as disciplinas clássicas nos planos de estudos científicos e na utilidade das investigações interdisciplinares, que representam o melhor meio para manter viva a autêntica tradição universitária.

Última observação: — o custo das pesquisas científicas e técnicas e a insuficiência dos recursos financeiros obrigam um número crescente de instituições, inclusive as mais solidamente estabelecidas, a utilizar fontes de financiamento externas.

Dêsse modo, as universidades são levadas a integrar-se, cada vez mais estreitamente, na vida industrial, agrícola e comercial de seu país. É este um fenômeno inevitável, ainda que afetando desfavoravelmente o ideal clássico da investigação desinteressada, da ciência pela ciência. Atualmente se multiplicam os laboratórios, os serviços e os institutos dependentes das universidades que realizam trabalhos de pesquisa sumamente importantes e muito especializados em programas autônomos a curto ou a longo prazo.

Democratização, diversificação, integração na economia, eis o que parece ser tendência dominante na Universidade atual. (*)

(*) Transcrição traduzida de CRÓNICA DE LA UNESCO, de maio de 1966.

forum de opiniões

formação de médicos em são paulo

Os Profs. A. Uilhôa Cintra, Jairo de Almeida Ramos e Walter Sidney Pereira Leser apresentaram ao antigo Conselho Estadual de Ensino Superior, de São Paulo, em outubro de 1961, minucioso estudo sobre a formação de médicos, nesse Estado.

Não obstante decorridos cinco anos, o estudo continua despertando o maior interesse, tanto que foi integralmente publicado em O ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 7 do corrente.

Justifica-se, assim, a transcrição dos trechos seguintes, sobre a criação de novas Faculdades de Medicina:

Admitida a necessidade da criação de novas escolas médicas no Estado, impõem-se à consideração do Governo problemas vários com ela relacionados e que, embora aparentemente independentes entre si, têm as soluções convenientes para cada uma fortemente afetadas pelas que forem adotadas para as demais.

Em relação que não deve estar completa, podem ser incluídos os seguintes:

- 1) situação das novas escolas em face de um planejamento geral do ensino superior no Estado;
- 2) estrutura das escolas, dos pontos-de-vista didático, científico e administrativo;
- 3) constituição do corpo docente;
- 4) localização.

Na discussão que se segue, procurar-se-á manter a ordem de arrolamento, ainda que a mencionada independência das soluções impeça, freqüentemente, que esse "desideratum" seja atendido.

Assim, é convicção formada no espírito de altos responsáveis pela educação superior, que não mais se possa protelar o planejamento da ação estatal, e mesmo particular, nesse setor. É indispensável que se defina, afinal, o que se precisa, que previsões podem ser estabelecidas quanto ao que se precisará, como se deverá atender a tais necessidades, que razões justificam prioridade de atendimento, que recursos há e haverá em disponibilidade, que objetivos são visados. Enfim, há que traçar, nitidamente, a linha política educacional que melhor se coadune com o complexo sócio-econômico altamente mutável, no tempo, de uma região em desenvolvimento.

Isso é tarefa de educadores, sociólogos e administradores, que nela não poderão perder de vista o campo mais vasto que alcança o âmbito nacional.

Com tal planejamento, por-se-á terno aos projetos e realizações desordenadas em assunto de tão alta relevância. Temos sido até agora impelidos, aos solavancos, por impulsos gerados da incompreensão, da vaidade regionalista, da demagogia eleitoral, dos interesses particulares e das afirmações não alicerçadas em fatos.

Projetos de criação de escolas de nível superior são apresentados às dezenas; muitos deles transformaram-se, já,

em realidade. Escolas isoladas, de Medicina, Direito, Farmácia, Filosofia, Ciências e Letras, Engenharia, estão em funcionamento, algumas delas, conseguindo, mesmo, projeção ímpar. Será isso, porém, o que mais nos convém, ou estamos assim criando óbices ao desenvolvimento da idéia universitária em nosso Estado?

Haverá proveito na dispersão da nossa escassa elite educacional e científica, privando-a da fácil inter-comunicação que o ambiente universitário proporciona? Não haverá esbanjamento dos nossos minguados recursos, na multiplicação de instalações, equipamentos e bibliotecas? Não teremos o que aprender da experiência de povos que há muito enfrentaram os mesmos problemas?

Antes que disponhamos de respostas a tais perguntas não é defensável o prosseguimento da atual orientação. Não é descabido pensar que se possa chegar à decisão de criar, no Estado, um certo número de Universidades. O que se fará com as escolas isoladas, muitas delas transformadas, então, em corpos estranhos dentro da organização planejada?

O problema cresce de vulto quando se trata de escolas médicas, dadas as grandes despesas que acarreta a sua instalação, tornando por demais onerosa uma decisão que venha a se revelar errada em face do planejamento geral que se discute.

Por outro lado, ao pensar-se em criar uma nova escola de medicina, é preciso ter em mente que, na atualidade, o ensino médico atravessa uma fase de renovação. Em todo o mundo é encontrada a insatisfação com a estrutura vigente; concebida para atender as necessidades da medicina de há meio século, não pode mais fazê-lo hoje em dia. A medicina evoluiu espantosamente, seja no seu conteúdo científico, seja pelas transformações por que passou o organismo social em que deve atuar. Mudaram os objetivos da educação médica, não pelo arbítrio dos seus responsáveis, mas pela imposição categórica das circunstâncias.

O tema é objeto de amplo e continuado debate, entrecrocando-se idéias como é próprio que ocorra quando se buscam novos rumos.

As velhas Faculdades, emperradas pela tradição, procuram amoldar-se à nova situação; não é fácil reformar,

mesmo quando se tem consciência da urgência da reforma, dada a multiplicidade de obstáculos suscitados pela própria existência, de uma organização em funcionamento.

É nas novas escolas que tem sido possível, em outros países, dar corpo à idéia, maduramente pensada, com que se pretende satisfazer às novas condições. Como sempre, em tais casos, é da experiência que pode resultar o conhecimento de que podem valer-se as velhas entidades na sua procura de novos caminhos.

O que não se pode conceber, hoje em dia, é que uma nova escola seja cópia dos velhos organismos que, eles mesmos, clamam por renovação; que uma nova escola seja moldada em formas rígidas, como o foram as antigas, incapazes de flexibilidade indispensável para responder facilmente aos reclamos de mudanças que a experiência indique e a evolução da medicina, incessante, possa exigir.

Não é com o aqodamento ditado pelo entusisamo, compreensível mas não aceitável, que se poderá planificar o empreendimento. Há que estudar o que vem sendo feito no exterior, há que auscultar os verdadeiros técnicos no assunto, os homens que, entre nós, têm vivido o problema da educação médica, observando e meditando. Um grupo de técnicos dêsse porte pode, realmente, construir algo que, em nosso meio, possa constituir-se em núcleo de cristalização do movimento renovador do ensino médico, com perspectivas amplas, e capaz de remover os impecilhos existentes; algo que seja não somente uma nova escola, mas sim uma escola nova.

Não pode, para isso, haver pressa; antes, pelo contrário, é indispensável que haja tempo para decisões ponderadas, para que se faça, tão bem quanto o permita a falibilidade humana, o que tem de ser feito.

Em seguida, cabe discutir o problema da constituição do corpo docente das novas escolas. Problema porque, como foi apontado pelas Egrégias Congregações da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina, são pequenas as nossas disponibilidades, nesse setor, especialmente no que toca às cadeiras comumente designadas como básicas.

Examinando-se, como o fizemos, as relações de docentes livres das quatro Faculdades do Estado, verificamos o quanto se iludem aquêles que julgam haver riqueza de docentes. Dos nomes que nelas figuram, uns já exercem a cátedra ou o professorado, como adjuntos, em Faculdades dêste ou de outros Estados; outros já alcançaram a idade de aposentadoria; outros, ainda, mudaram o rumo de suas atividades encontrando-se, agora, interessados em outras disciplinas.

Quanto a auxiliares de ensino, é conhecida a dificuldade para o seu recrutamento; como esperar que haja facilidades para tanto, nas novas escolas?

O que é indispensável apontar é o porquê de tal situação, sendo fácil fazê-lo; os baixos níveis de salários atribuídos aos docentes universitários, especialmente tendo em vista não poder-se prescindir ao regime de tempo integral, eis a causa do desestímulo que afasta os recém-formados da carreira da docência e pesquisa. Enquanto em quase todos os países civilizados se atribui aos professores uma posição de alta dignidade e se oferecem condições de vida confortável, entre nós é exigida, dos que obedecem a uma vocação incoercível para o magistério, a aceitação de condições materiais que apenas asseguram uma subsistência precária.

Mais se agrava a situação com a inflação que avassalou o país desde há muitos anos; os reajustamentos salariais dos universitários não foram, em geral, senão capazes de acompanhar, com o inevitável atraso, a depreciação do valor da moeda. Em situação econômica sempre periclitante, passaram a constituir os nossos docentes exemplos desencorajadores, dêste ponto de vista, para os recém-formados. Assim se explica o porquê de figurarem nas relações de docentes, maiormente nas cadeiras básicas, poucos representantes das novas gerações; por isso nos defrontamos com a crise presente nos quadros universitários, negada, apenas, pelos que argumentam fugindo à realidade.

A hipótese de recorrer-se a estrangeiros, pelo menos para os cargos de cúpula, não oferece perspectivas mais róseas, em função dos salários que podem ser oferecidos, em moeda forte, e das condições de vida, especialmente, do ponto de vista cultural, em estreita dependência da localização das novas escolas.

Aqui, justamente, surge outro problema de difícil solução, uma vez postos de parte argumentos em que se invoque o "merecimento" desta ou daquela cidade; uma Faculdade de Medicina não é um melhoramento público cuja concretização seja discutível, apenas, em termos de peculiaridades locais e de custo. Há interesses superiores da população do Estado, em geral, cuja consideração sobreleva à de quaisquer outros.

A questão é das que escapam, via de regra, à discussão fria, predominando a paixão bairrista e os interesses individuais. Já se tem apresentado, como razão para a criação de novas escolas, a necessidade de localizá-las em regiões onde haja carência de profissionais, pretendendo-se, assim, propiciar condições para fixação dos recém-formados na zona de influência da nova escola. É discutível, ou, pelo menos, ainda não se forneceu prova de que isso ocorra. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é demasiado jovem para que se possa estudar o destino dos seus diplomados; a migração de egressos de Faculdades de outras unidades da Federação, para São Paulo, não menos abona, de forma alguma, a referida proposição. Curiosamente, porém, nos mesmos arrazoados, quando se pensa no problema da localização em termos não mais genéricos, invoca-se, desde logo, como razão do merecimento desta ou daquela cidade, a abundância de recursos médicos locais. Curiosamente, dissemos, porque, ao que parece, não se toma conhecimento da contradição berrante contida na argumentação, em suas sucessivas etapas.

O que se nos afigura razoável, procurando analisar despaixonadamente o problema, é a admissão de absoluta prioridade para o planejamento do ensino superior no Estado, na dependência estrita do qual ficaria a solução do problema da localização das novas escolas médicas.

Não se atenderá assim, é certo, aos que açodadamente desejam soluções imediatas. Por urgentes que sejam as nossas necessidades de momento, temos que aceitar o compasso de espera imprescindível para que se realize obra capaz de atender, dentro das possibilidades humanas de previsão, às exigências do futuro grandioso que podemos antever para a coletividade paulista.

Nesse interim, não se perderá tempo, se fôr êle dedicado ao planejamento específico das novas escolas, em termos dos requisitos já discutidos.

De qualquer forma, não se poderá esperar aumento da nossa safra de novos médicos para antes de 6 anos, isso mesmo se tôdas as vozes de ponderação e prudência forem abafadas; se ouvidas, poderíamos ter o aumento substancial decorrente da ampliação da capacidade das atuais escolas e da atuação das novas, dentro de 8 ou 9 anos.

O próprio prazo de espera poderia ser utilizado para uma campanha de recrutamento do pessoal docente, que disporia de tempo para um treinamento adequado, em nossa próprias Faculdades ou no estrangeiro.

Com base nos dados e argumentos apresentados, somos de parecer que:

- 1) é urgente a instalação de um grupo de trabalho para a elaboração de um Plano Geral do Ensino Superior no Estado de São Paulo;
- 2) é indispensável que as atuais Faculdades de Medicina recebam, no mais breve prazo, os recursos indispensáveis, em pessoal, instalações e equipamentos, para que possam aumentar, substancialmente, o número de suas vagas, sem se perderem de vista as limitações impostas para a realização de ensino de alto nível; esta constitui a forma mais conveniente e econômica de aumento do nosso potencial de formação de médicos;
- 3) deve-se dar início, desde logo, à planificação da estrutura de novas escolas médicas, para tanto constituindo-se uma comissão de técnicos que leve em conta, em sua tarefa, não só a experiência local, como, também, a de outros centros em que os problemas de educação médica estejam sendo estudados experimentalmente;
- 4) é formalmente desaconselhada a instalação de novas escolas sem o atendimento dos aspectos supramencionados;
- 5) deve-se promover o recrutamento de pessoal para ampliação do quadro de docentes, tendo-se presente a noção de que tal tarefa não será fácil nas condições de salários vigentes.

estudos e atividades da CAPES

Inscrições Múltiplas

A CAPES vem realizando, desde 1958, pesquisas junto aos estabelecimentos de ensino superior, visando a obter informações mais por-menorizadas sôbre os candidatos aos exames vestibulares e, especialmente, averiguar o problema das inscrições múltiplas.

É conveniente não confundir "inscrição" com "candidato", pois é muito comum a mesma pessoa inscrever-se em mais de uma Escola para prestar tais exames.

Pelos elementos obtidos verifica-se que, em média, cada 2 pessoas inscrevem-se em 3 escolas diferentes.

A princípio essa pesquisa abrangeu apenas as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo; em 1966, inclui a cidade do Rio de Janeiro, a capital e algumas cidades do interior de São Paulo, Estado do Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e a cidade do Recife.

A seguir, encontram-se os dados obtidos em 1963, 1964 e 1965, com relação às inscrições múltiplas.

Em 1963

- 1) RIO DE JANEIRO E NITERÓI — 44 escolas pesquisadas (15 239 inscrições e 10 326 candidatos)
- 2) SÃO PAULO — 32 escolas pesquisadas (15 614 inscrições e 10 560 candidatos)

Em 1964

- 1) RIO DE JANEIRO E NITERÓI — 54 escolas pesquisadas (18 529 inscrições, correspondentes a 12 750 pessoas)
- 2) SÃO PAULO — 43 estabelecimentos pesquisados (22 232 inscrições e 14 313 pessoas)
- 3) RIO GRANDE DO SUL — 23 estabelecimentos pesquisados (5 160 inscrições correspondentes a 4 063 candidatos)
- 4) PERNAMBUCO — 23 estabelecimentos pesquisados (3 990 inscrições correspondentes a 3 137 candidatos)

Em 1965

- 1) GUANABARA E ESTADO DO RIO — 51 escolas pesquisadas (17 893 inscrições correspondentes a 11 646 candidatos)
- 2) SÃO PAULO — 41 escolas pesquisadas (21 799 inscrições correspondentes a 13 305 candidatos)
- 3) RIO GRANDE DO SUL — 20 escolas pesquisadas (5 645 inscrições correspondentes a 4 117 candidatos)
- 4) PERNAMBUCO — 24 escolas pesquisadas (4 791 inscrições correspondentes a 3 515 candidatos)
- 5) MINAS GERAIS — 30 escolas pesquisadas (5 902 inscrições correspondentes a 4 666 candidatos)

Cursos de Revisão

Através do Projeto CAPES/FORD, realizam-se, no corrente mês, cursos intensivos de revisão de conhecimentos, destinados a professores de ensino superior, com a duração de 1 mês. A CAPES oferece, a cada candidato, passagem de ida e volta e uma bolsa de manutenção de Cr\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Os cursos são os seguintes:

PARAÍBA - João Pessoa

Assunto: Funções Algébricas.

Local: Instituto de Matemática da Universidade Federal da Paraíba.

Responsável: Professor Adauto da Justa Medeiros, do IMPA.

BAHIA - Salvador

1) Assunto: Microbiologia.

Local: Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

Responsável: Professor Isaac Roitman, do Instituto de Microbiologia da UFRJ.

2) Assunto: Física Quântica.

Local: Instituto de Física e Matemática da UFBA.

Responsável: Professor Newton Bernardes, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.

PERNAMBUCO - Recife

Assunto: Química de Produtos Fenólicos.

Local: Instituto de Química da UFPE.

Responsável: Professor Walter Mors, de UFRJ.

CEARÁ - Fortaleza

Assunto: Física Eletrônica.

Local: Instituto de Física da UFCE.

Responsáveis: Professores César Henrique Lopes e Carlos de Barros Leite Filho, da PUC do Rio de Janeiro.

noticiário

instalado o conselho de reitores

Instalou-se solenemente em Salvador, no mês de julho último, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, Professor Miguel Calmon, e com a participação de 18 Reitores das demais Universidades, que fez parte das comemorações do vigésimo aniversário de fundação da Universidade Federal da Bahia.

Durante a reunião, foi debatido o projeto do Estatuto do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o qual, já com suas linhas definidas, foi aprovado na segunda reunião do Conselho.

reunião na guanabara

Trinta Reitores de Universidades federais, estaduais e privadas reuniram-se no auditório do Palácio da Cultura, sob a presidência do Ministro Raimundo Moniz de Aragão, da Educação e Cultura, presente a Diretora do Ensino Superior, Prof^a Ester Figueiredo Ferraz.

A agenda oficial dos trabalhos da reunião, que teve caráter informal, constou de três assuntos fundamentais: 1) a reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura; 2) o orçamento para 1967; 3) os problemas estudantis, principalmente os ligados às questões eleitorais e assistenciais. Na primeira fase da reunião estiveram presentes, além dos Reitores das Universidades federais, nove Reitores de Universidades Católicas.

O Reitor Martins Filho, da Universidade Federal do Ceará, lembrou problemas ligados à situação dos professores aposentados, em virtude da recente lei do Estatuto do Magistério.

seminário de recursos hidráulicos na PUC-RJ

Mais de cinquenta engenheiros de 26 órgãos do governo e empresas privadas, além de professores universitários, reuniram-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como participantes do "I Seminário de Recursos Hidráulicos", promovido pela Escola Graduada de Ciência e Engenharia daquela Universidade, e pelo Programa Interamericano do "Massachusetts Institute of Technology".

O seminário teve a finalidade de estudar os programas brasileiros sobre energia elétrica, hidráulica, barragens, açudagem, irrigação e navegabilidade. A primeira palestra, sobre energia elétrica, foi pronunciada pelo Eng^o Luís Carlos Barreto, diretor da Usina de Furnas.

Durante o encontro foram estudadas as funções que os planos de aproveitamento dos recursos hidráulicos representam, como base para o desenvolvimento do País, assunto tratado pelo Eng^o Flávio Henrique Lira da Silva, que falou sobre a Barragem de Estreito, acentuando a importância da obra, no sistema de energia elétrica da região Centro-Sul.

O "Massachusetts Institute of Technology" foi representado no seminário pelo técnico norte-americano R. T. Mc Laughlin, que participou de todos os debates, oferecendo a contribuição de sua experiência.

instituto de química

O Instituto de Química, da UFRJ, tem como objetivo principal promover, coordenar e ministrar o ensino de Química, em níveis de graduação e pós-graduação, no âmbito da Universidade. Suas atividades, no setor da pós-graduação, tiveram início em 1962. Na programação destinada a conferir os graus de Mestre e Doutor em Ciências, há estreita vinculação entre o ensino e a pesquisa.

Estão previstos para o corrente ano, além de outros, os seguintes cursos intensivos de revisão: Tópicos especiais, de 16/9 a 8/11; Substâncias Pirrólicas Naturais, de 13/9 a 22/10; Físico-Química Biológica, de 13/9 a 22/11; Esteróides, de 4/10 a 4/12; Metabolismo de Fungos. Antibióticos — data a ser fixada; Farmacodinâmica: data a ser fixada.

mundo

universitário

turma pioneira de engenharia de operação no Brasil

A Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo formou este mês, no dia 27, a primeira turma de Engenheiros de Operação da América do Sul. A solenidade foi presidida pelo Ministro Raimundo Moniz de Aragão, da Educação e Cultura, presentes a Diretora do Ensino Superior, Prof^a Ester Figueiredo Ferraz, o prefeito de São Bernardo, Dr. Hygino de Lima, representante do Governador Laudo Natel, professores das inúmeras escolas de Engenharia do País, além de outras autoridades.

O diretor da FEI, Prof. Joaquim Ferreira Filho, ao saudar os primeiros Engenheiros de Operação formados no Brasil e na América Latina, assinalou a importância da nova modalidade da Engenharia no desenvolvimento brasileiro, destacando em agradecimento público a atuação de quantos o ajudaram a realizar sua grandiosa e pesada tarefa.

Também falou o Rev. Pe. Antônio de Aquino, Provincial dos Jesuítas, que por muito tempo esteve à frente da FEI, conseguindo, inclusive, a autorização que permitiu instalar e fazer funcionar o curso de Engenharia de Operação, no Brasil.

Foi o seguinte, na íntegra, o discurso pronunciado pelo inspirador da iniciativa:

"No momento em que no Brasil os primeiros engenheiros de operação recebem, em São Bernardo, o título universitário, duas perguntas afloram espontâneas ao meu espírito: O que é que pretendíamos? Como isto se fez possível?"

Duas palavras respondem a estas interrogações e caracterizam esta Faculdade: iniciativa e solidariedade.

Iniciativa para começar, solidariedade para poder realizar.

Solidariedade que se traduziu em cooperação, esforço, paciência.

Iniciativa

Minha satisfação, neste momento, é ver que a FEI abriu novos caminhos, planejou, executou, desenvolveu e neste momento entrega à sociedade os primeiros frutos de tanto esforço.

Era preciso absolutamente romper a rotina administrativa, nem podia a nova escola conservar métodos educacionais mais próprios da era pré-industrial.

Superando o empirismo pedagógico enfrentou decididamente tanto as reformulações teóricas quanto as exigências das máquinas em movimento, e introduziu os jovens no mistério das coisas, desenvolvendo-lhes a capacidade da imaginação e da inventiva.

Foi a iniciativa dos que por si mesmos tentaram trilhar novas veredas e não se contentaram com repetir as lições aprendidas.

A "Engenharia de Operação" foi antes de mais nada resultado de um esforço de objetividade e de bom senso.

Não era possível tolerar indefinidamente a capacidade ociosa de nossos diplomados nem era cristão barrar as portas do ensino superior a tantos milhares de jovens plenamente capacitados.

Hoje com a diversificação dos cursos e plurivalência dos requisitos está aberto a todos os jovens o caminho começado da ciência da cultura e do trabalho especializado.

O que se tentou nesta escola foi antes de mais nada uma conversão de mentalidade e de modo de ser.

Que nos adiantaria um pequeno número de rapazes intelectualmente super-nutridos e desfrutando de um luxo de instalações que ficariam em grande parte ociosas, se as grandes massas da juventude ficassem eternamente do lado de fora no desespero dos concursos impossíveis ou na frustração dos melhores esforços de sua vida?

Também no campo da tecnologia e da educação universitária assistíamos coexistir o luxo e a miséria.

O que pretende a FEI é a redistribuição das chances e das oportunidades, tão vital para a juventude como é para o povo a redistribuição do produto nacional.

A aparência vazia, o acessório, o monumental, o faraônico, estão definitivamente postergados na aspiração de nossos educadores e no planejamento de nossos órgãos técnicos.

Dirão agora os homens da indústria, os responsáveis pelos altos níveis tecnológicos, dirão os pesquisadores, os professores universitários se aquilo que pretenderam se realizou e se os jovens que daqui hoje saem confirmam nos seus primeiros engajamentos as previsões e a expectativa neles depositadas.

Até aqui tudo foi iniciativa, esforço, confiança.

E isto se fez possível pela solidariedade.

Solidariedade

A solidariedade, a união, o interesse de muitos idealizou, planejou, executou, levou adiante esta obra pioneira implantada em São Bernardo.

Nada teria sido feito se todos, reunidos e sensibilizados para os problemas que não os atingem diretamente em suas famílias e negócios, não se tivessem aberto para o povo, aquêlo povo que vive no anonimato e que tem direito à liderança que se lhes dá.

Sr. Ministro, pela terceira vez em pouco tempo vem V. Excia. a São Bernardo, acompanha assim passo a passo o desenvolvimento de uma escola que procura corresponder às necessidades locais com os olhos abertos para os problemas da nação. Isto é solidariedade. É isto que nos sustenta a ação.

Não quero citar nomes a não ser em homenagem póstuma a Lauro Gomes que por primeiro descobriu e apoiou as tentativas iniciais deste empreendimento e ao Professor Roberto Sabóia de Medeiros, fundador desta Faculdade.

Felizmente, aqui vejo diante dos meus olhos os homens a quem devemos esta escola.

São homens públicos, políticos, administradores, professores, conselheiros, patronos.

A festa é mais deles do que nossa e bem sabem eles o que queremos dizer.

Pela primeira vez esta cidade de 400 anos assiste à diplomação universitária de seus jovens.

Eles aqui começaram, aqui realizaram, aqui se formam.

Ora, era preciso muita solidariedade, muita compreensão, muita confiança e muito amor para acreditar nos que começavam este empreendimento pedagógico e científico, e dar a eles um apoio decisivo que se não embalava sonhos e fomentava arbitrariedades pedagógicas também não cortava os anseios de quem pretendia ter algo de novo a dizer no seio das universidades.

Cada um de nós tem a sua missão e através da realização de vocações pluriformes, através da complementação das boas vontades é que chegamos a realizar alguma coisa.

Era também necessária a solidariedade acadêmica.

Se depois de todos os esforços nestes três anos ainda há estreitezas, há dificuldades, há acúmulo de trabalhos, há deficiência numérica de professores, superposição e sobrecarga de horários, falta por vezes de instrumental, precariedade de transportes, tudo isto está sendo pacientemente tolerado por todos aqueles que se sentem solidários no esforço de um país que também no campo da educação está em vias de desenvolvimento.

As paredes da Faculdade ainda não têm reboque, o chão está inacabado, e os professores se sujeitam ao nomadismo dos edifícios em obras.

E com tudo isto, a primeira turma de engenheiros aqui está diante de nossos olhos.

Estudantes e professores têm consciência que são solidários no esforço e na luta e no sofrimento da nação.

Também o comércio, a indústria, as classes rurais e o operariado urbano, cada um por seu lado, paga o tributo à nação, no esforço global de recuperação que todos assistimos.

Ninguém desconhece as condições dos tempos, ninguém pretende se omitir. Com iniciativa e solidariedade construímos o presente que é também futuro.

Concluamos.

Uns pregam as reformas sociais, outros lançam classes contra classes, uns aspiram pela democratização do ensino outro se amarguram por que nem tudo corre como desejam.

Quanto à FEI, modestamente, mas com entusiasmo, e otimismo, vejo que realiza esta reforma social dispensando progressivamente o auxílio estrangeiro naquilo que podemos nós realizar, aumentando a produtividade, promovendo o operariado e sobretudo dando à nação em sua juventude a consciência de suas possibilidades, e novas gerações que vão crescendo, seguras daquilo que aprenderam e atormentadas pelo que ainda falta realizar.

Aqui estão jovens perfeitamente consciente de sua capacidade. Para eles não é o papel, o título, a honorificência, que pesam e valem mas a capacidade de dirigir, organizar, dinamizar a indústria, a capacidade de prever e analisar com objetividade, e compreender os elementos em jogo na complexidade fabulosa das empresas contemporâneas.

Estes jovens valem mais pelo que são do que pelo que têm.

Recebem eles todos uma tarefa imensa a ser desempenhada nesta terra, e dela deverão prestar contas àquele que nos julga a todos no último dia.

Nada pode o cristão desejar mais ardentemente, do que servir sempre, de modo cada vez mais generoso e eficaz, aos homens do mundo de hoje. É a mensagem cristã que os obriga a construir o mundo, nem lhes permite negligenciar o bem de seus semelhantes.

Quer esta escola favorecer o progresso técnico, o espírito de renovação, a vontade de criar empresas e ampliá-las, a adaptação dos métodos de produção, favorecer os esforços de todos os que participam nos setores produtivos, enfim de todos os elementos que prestam serviços a este desenvolvimento.

Afinal estamos todos nós convencidos que as obras produzidas pelo talento e energia dos homens, tôdas as vitórias do gênero humano, são um sinal de magnitude de Deus e fruto infável dos planos do criador.

dinamização do ensino de química e bioquímica

Convocados pelo titular da pasta, Prof. Moniz de Aragão, reuniram-se no MEC, diretores de Faculdades de Farmácia e Bioquímica de todo o País. Foram sugeridas

modificações dos currículos escolares, atualizando-os e adequando-os à realidade e às necessidades nacionais, mediante a eliminação do curso tradicional de "formação farmacêutica", estruturando-se, em seu lugar, dois outros, destinados à qualificação profissional de "farmacêuticos-industriais" e de "bioquímicos".

A medida foi justificada pela necessidade crescente de profissionais diferenciados nas áreas altamente qualificadas dos medicamentos e nas relacionadas com os problemas sanitários de cunho público, como no caso da Saúde Pública, e no particular, Laboratório Clínico e Indústria Farmacêutica. Acreditam os diretores que, se forem adotadas as sugestões, poderão as Faculdades oferecer cerca de mil vagas novas nesses setores de atividade de nível superior, aliviando as pressões existentes nas Faculdades de Medicina e nas Escolas de Engenharia.

Apesar da reforma por que passou, no Brasil, o ensino farmacêutico, êle ainda não atrai a mocidade estudantil.

De acôrdo com as sugestões apresentadas ao exame do Ministério da Educação e Cultura, o curso básico teria duração de 2 anos letivos, com um mínimo de 1.800 horas de aula "per capita", amparado por suportes matemáticos e físicos; o de formação profissional para farmacêuticos-industriais e bioquímicos também teria duração de 2 anos letivos e um mínimo de 1.800 horas "per capita". O curso de Bioquímica, de outra parte, ofereceria as seguintes opções: habilitação para o Laboratório Clínico e de Saúde Pública e para os Laboratórios Bromatológico, Toxicológico e Médico Legal, ou ainda para a Indústria de Alimentos e afins.

recursos

Trezentos e quarenta milhões de cruzeiros foram distribuídos pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura a 15 Faculdades de Farmácia em vários pontos do País. Pretende o Governo contribuir para o aumento de matrículas, ao mesmo tempo em que possibilita, a êsses estabelecimentos de formação profissional universitária, a aquisição de moderno equipamento científico e tecnológico.

São as seguintes as Faculdades beneficiadas: 1) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Minas Gerais), 45 milhões de cruzeiros; 2) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 40 milhões; 3) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, 40 milhões; 4) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Paraíba, 35 milhões; 5) Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, 34,4 milhões; 6) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal Fluminense, 40 milhões; 7) Faculdade de Farmácia de Ouro Preto (Minas Gerais), 20 milhões; 8) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ex-Universidade do Brasil), 15 milhões; 9) Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 15 milhões; 10) Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Santa Catarina, 15 milhões; 11) Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Pernambuco, 12 milhões; 12) Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (Paraná), 10 milhões; 13) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (São Paulo), 10 milhões; 14) Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Minas Gerais, 10 milhões; 15) Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de São Paulo, 8 milhões e 600 mil cruzeiros.

tempo integral

A Comissão de Planejamento da Formação de Químicos, da Diretoria do Ensino Superior, indicou ao Ministério da Educação e Cultura quatro metas visando à expansão, em qualidade e em quantidade, do ensino da Química do País, de acôrdo com as demandas nacionais e regionais.

Apresentou as seguintes sugestões: regime de tempo integral para o maior número possível de docentes, o que permitirá o desenvolvimento de programas de pesquisas, indispensável à formação do professorado universitário; atenção especial dos órgãos competentes, na formação de professores e pesquisadores, no setor de Química Geral Inorgânica, Analítica e Físico-Química; incremento, por parte dos diretores das unidades, à obtenção, pelo corpo docente de cada uma, de títulos universitários, através de cursos pós-graduação,

livre-docência e concursos para cátedras; ampliação das verbas destinadas a Química e concentração de recursos nas unidades onde existem condições que possibilitem aumento de matrícula sem prejuízo da qualidade do ensino ministrado.

A situação atual da rede escolar do ensino de Química é a seguinte: 31 unidades, distribuídas em 13 Estados, formando-se engenheiros-químicos em 15 escolas; químicos industriais em 4; e bacharéis, em 14. Até 31 de dezembro do ano passado, haviam sido diplomados no Brasil 1.436 químicos industriais; 1.887 engenheiros químicos; 1.068 bacharéis em Química, totalizando 4.391 profissionais.

Quatro milhões de dólares, obtidos através de um projeto desenvolvido pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), já estão sendo aplicados em vasto programa de equipamento dos "Centros Nacionais de Treinamento Avançado em Ciências Básicas e Tecnologia Aplicada" nos mais variados pontos do território nacional.

Por outro lado, o plano, que resultou de longos entendimentos das autoridades brasileiras com os setores técnicos do BID, já tem sua esquematização ordenada, dando prioridade às áreas da Física, Química, Tecnologia, Agronomia, Veterinária, Geo-Ciências e Matemática, visando a garantir o aperfeiçoamento e a capacitação de pessoal para as escolas superiores nos setores fundamentais do desenvolvimento nacional.

esquematização

A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura sugeriu aos diretores de Faculdades de Farmácia a adoção de dois ciclos, destinados à formação profissional de farmacêutico-industrial, um dos quais básico, comum às especialidades de farmacêutico e bioquímico, e outro especializado. O curso básico contém quatorze disciplinas: Matemática, Estatística, Física Geral, Física Química, Química Geral e Inorgânica, Química Analítica (I e II), Análise Instrumental, Química Orgânica, Análise Funcional Orgânica, Anatomia Humana (micro e macro), Bioquímica, Anatomia Comparada, Fisiologia Humana e Microbiologia.

No curso de formação de farmacêutico-industrial serão ministradas as seguintes disciplinas: Tecnologia geral, Farmacologia (inclusive Farmacodinâmica), Farmacotécnica, Enzimologia Industrial, Química Farmacêutica, Tecnologia Farmacêutica, Cosmotologia, Administração de Empresas, Legislação Aplicada e Deontologia. Para o curso de formação de bioquímicos, em dois anos, o currículo seria: Radioquímica, Biologia Molecular, Bioquímica II, Farmacodinâmica, Imunologia Geral, Parasitologia, Bacteriologia, Imunologia Clínica, Bioquímica Clínica, Patologia, Bromatologia, Toxicologia e Química Legal, Higiene e Saúde Pública e Deontologia e Legislação.

reforma do ensino agrônômico

O Prof. Vasconcelos Sobrinho, delegado da Universidade Rural de Pernambuco, apresentou tese à III Conferência Latino-Americana sobre o Ensino Agrônômico sugerindo a reformulação desse ensino, a fim de desbacharelizar o agrônomo, tornando-o um verdadeiro técnico do campo.

O certame, realizado na Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, São Paulo, teve o patrocínio da Organização dos Estados Americanos e a participação da AID (Agency for International Development).

Afirmou o conferencista que se deve preferir a formação de profissionais com vocação para trabalho no meio rural, pois a agronomia ainda é uma atividade de apostolado. Com essa finalidade propôs que os currículos sejam reformulados contendo, obrigatoriamente, entre outras, uma disciplina sobre os estudos dos recursos naturais das regiões onde estejam localizadas as escolas.

A matéria foi longamente debatida pelos demais delegados nacionais e estrangeiros, entre os quais o Vice-Reitor da Universidade de Buenos Aires, Prof. Ruy Pires; o Reitor da Universidade Agrária de Mollina, no Peru, Prof. Carlos Vidalon; o Deão da Universidade Agrária de Lima, no Peru, Prof. Miguel Paulette; e o Reitor da Universidade do Chile, Prof. Ruy Barboza, que consideram a oportunidade da me-

dida sugerida. Por um plenário de 74 delegados de todos os países latino-americanos, foi a tese do Prof. Vasconcelos Sobrinho aprovada por unanimidade. Nessa ocasião, o Prof. Ruy Pires, Vice-Reitor da Universidade de Buenos Aires, discursou, manifestando a opinião de que o espírito da tese do delegado Vasconcelos Sobrinho já constituía um ponto de convergência das atenções de todos os educadores de agronomia, que o haviam formulado mentalmente, aguardando uma hora de tratá-lo no certame. Entretanto, em face de sua formulação perfeita, técnica e objetivamente, do modo como foi apresentado pelo mestre brasileiro, tornou-se evidente que os professôres de agronomia não podiam fugir à responsabilidade de adotar a reforma, proposta por quem já é conhecido internacionalmente.

A tese abordou, ainda, o grave problema da degradação dos recursos naturais dos países latino-americanos, que vêm a sua produção por unidade de área decaindo sensivelmente, apesar da melhoria dos processos técnicos. Para a fome prevista nas estatísticas da FAO, para 1980, expos o Prof. Vasconcelos Sobrinho ser indispensável, não somente, maior número de técnicos da produção, como preservar os recursos naturais, de tal modo que a fertilidade do solo possa garantir a produção abundante, no futuro, de que a explosão demográfica necessitará.

O agrônomo não pode fugir à responsabilidade da defesa dos recursos naturais, não só como profissional no exercício de suas funções, mas principalmente como classe, doutrinando, em verdadeiro apostolado, o homem do campo, para que êle se aperceba das graves conseqüências que poderão advir da incúria.

"De acôrdo com o programa de suas atividades, a CAPES atribui caráter prioritário à prestação de assistência técnica e financeira às Universidades, Escolas Superiores Isoladas e Institutos Científicos e Culturais."

aspectos internacionais da educação

"doença do tórax" terá conferência em londres

Em abril do próximo ano, a Associação Britânica de Moléstias do Tórax e do Coração realizará mais uma de suas conferências internacionais. Os organizadores contam com o compadecimento de mais de mil delegados estrangeiros, que terão uma excelente oportunidade de travar conhecimento com os mais recentes progressos ocorridos nesse importante ramo da Medicina.

O programa prevê conferências, discussões de grupos de trabalhos, reuniões de debates, clínicas e científicas, além de visitas a hospitais, ambulatórios e centros de reabilitação. O conclave, que está aberto a médicos, pesquisadores, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais de bem-estar e reabilitação, administradores serviços de saúde e autoridades interessadas no problema, terá uma vasta agenda, tendo sido elaborado um programa provisório, do qual consta o seguinte: Doenças do Tórax e do Coração; A perspectiva nos próximos dez anos: Problemas psicossomáticos nas moléstias do tórax e do coração; Papel das autoridades locais no bem-estar de pacientes cardíacos e torácicos; Doenças do coração e do tórax na Commonwealth; Câncer no pulmão; Trombose coronária e hipertensão; Derrames cerebrais; Profilaxia e prevenção da tuberculose; Tuberculose, ainda uma ameaça; A tuberculose do ponto de vista das companhias de seguro, da aposentadoria e da imigração; Doenças do tórax na infância e adolescência; Fibrose cística; Problemas de tratamento do asmático; Doenças pulmonares e industriais.

atos oficiais

legislação

Lei nº 5 077, de 23-8-66 — Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (D. O. 24-8-66).

Lei nº 5 081, de 24-8-66 — Regula o exercício da Odontologia (D. O. 26-8-66).

Dec. nº 58 864, de 20-7-66 — Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro (D. O. 25-7-66).

Dec. nº 58 865, de 20-7-66 — Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de Licenciatura em Desenho e de Professor de Educação Musical do Instituto de Belas Artes de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul (D. O. 25-7-66).

Dec. nº 58 953, de 1-8-66 — Concede reconhecimento à Faculdade de Serviço Social de Brasília (D. O. 4-8-66).

Dec. nº 59 029, de 8-8-66 — Concede reconhecimento aos Cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Industrial (modalidade mecânica) da Escola Politécnica, agregada à Universidade Católica de Pernambuco (D. O. 19-8-66).

Dec. nº 59 114, de 23-8-66 — Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco (D. O. 26-8-66).

Dec. nº 59 141, de 25-8-66 — Concede reconhecimento à Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (D. O. 30-8-66).

Dec. nº 59 142, de 25-8-66 — Concede autorização para o funcionamento da Escola Superior de Química "Oswaldo Cruz", de São Paulo (D. O. 30-8-66).

Dec. nº 59 143, de 25-8-66 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, em São Paulo (D. O. 30-8-66).

Dec. nº 59 145, de 25-8-66 — Autoriza o funcionamento do Curso de Licenciatura de Ciências para o 1º ciclo, na Faculdade de Filosofia do Recife (D. O. 30-8-66).

Dec. nº 59 147, de 25-8-66 — Autoriza o funcionamento do Curso de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio, de Itu, São Paulo (D. O. 30-8-66).

conselho deliberativo da CAPES

O Sr. Presidente da República, em decreto de 18 de agosto (D. O. 22-8-66), designou o Prof. Amadeu Cury para exercer as funções de membro do Conselho Deliberativo da "Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior" (CAPES), em substituição ao Professor Paulo de Góis.

conselho nacional de pesquisas

O Sr. Presidente da República, em decreto de 16 de agosto (D. O. 23-8-66), nomeou o Prof. Pedro Paulo Penido para exercer as funções de membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas, durante o impedimento do Prof. Raymundo Moniz de Aragão.

conselho diretor da universidade de brasilia

O Sr. Presidente da República, em decretos de 23-8-66 (D. O. 24-8-66), nomeou os Profs. Antônio Moreira Couceiro e Miguel Calmon du Pin e Almeida membros efetivos, e Luís Augusto Fraga Navarro de Brito membro suplente do Conselho Diretor da Universidade de Brasília.

conselho diretor da universidade do amazonas

Por decreto de 30-8-66 (D. O. 31-8-66), foi nomeado suplente do Conselho Diretor da Universidade do Amazonas, Domingos Hamilton Botelho Mourão.

diretores

Foram nomeados Diretor:

— da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Wagner Turbay Barreira, catedrático de Direito Civil (D. O. 28-7-66).

— da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, Hiss Martins Ferreira (D. O. 28-7-66).

— da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Walter de Moura Cantídio, catedrático de Clínica Dermatológica e Sifilográfica (D. O. 28-7-66).

— da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Pedro Bastes Pilar, catedrático de Legislação Tributária e Fiscal. (D. O. 28-7-66).

— da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Messias Lemos Lopes, catedrático de Sombras, Perspectiva e Estereotomia (D. O. 22-8-66).

— da Faculdade de Odontologia de Pelotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gastão Coelho Pureza Duarte, catedrático de Técnica Odontológica. (D. O. 22-8-66).

— da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, José Guimarães Braga, catedrático, interino, de Construção de Estradas e Aeroportos. (D. O. 22-8-66).

— do Instituto Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Aristides de Azevedo Pacheco (D. O. 16-8-66).

— da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Orlando Gomes dos Santos, catedrático de Direito Civil, 2ª cadeira (D. O. 31-8-66).

— da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, Dyrce Franco de Araújo, catedrática de Microbiologia (D. O. 31-8-66).

— do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Pedro Mendes dos Santos, catedrático de Mecânica Precedida de Elementos de Cálculos Vetorial (D. O. 31-8-66).

concursos

Encontram-se abertas as inscrições de concurso:

— na Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Catarina — para Catedrático de Direito Internacional Público.

— na Secretaria da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná — para as Docências Livres de todas as Cadeiras dos Cursos de Engenharia Civil e de Arquitetura e Urbanismo.

— na Secretaria da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais — para Catedrático da Cadeira "12 Hidráulica Teórica e Aplicada".

— na Secretaria da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo — para Catedrático da Cadeira nº 18 Transportes.

— na Secretaria da Escola Federal de Minas Gerais de Ouro Preto — para Catedráticos das Cadeiras XIII "Pontes e Viadutos Grandes Estruturas"; IV Topografia; XXVII Siderurgia; XXVIII Direito. Organização das Indústrias. Estatística e XXXII Geologia (2ª parte).

— na Secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense — para Catedrático de Farmacologia.

— na Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina — para Catedrático de Medicina Legal.

— na Secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense — para Catedrático de Clínica de Doenças Tropicais e Infetuosas.

— na Secretaria da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" da Universidade de São Paulo — para Catedrático da Cadeira nº 2 (Química Agrícola).

recondução de reitor

Pelo Consultor Geral da República foi emitido o seguinte parecer, aprovado pelo Sr. Presidente da República:

Assunto: Nomeação de Reitor. Recondução.
Lei nº 4.024, de 1961. Interpretação.

Parecer

Consulta o Ministério da Educação e Cultura sobre a interpretação a ser dada à letra "b" do § 2º do artigo 80 da Lei nº 4.024, de 30 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que dispõe, *verbis*:

"Art. 80.
§ 2º. A autonomia administrativa consiste na faculdade:
.....

b) de indicar o reitor, mediante lista triplíce, para aprovação ou escolha pelo Governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes".

2. A medida foi robustecida, posteriormente, através do art. 42 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, o mesmo acontecendo quanto aos diretores dos estabelecimentos oficiais de ensino superior (art. 78 da Lei nº 4.024-61 e o art. 43 da Lei nº 4.881-A-65).

3. O entendimento do Ministério da Educação e Cultura sobre a matéria, está condensado no item 5 da Exposição de Motivos, do titular daquela Secretaria da Estado (*sic*)

"5. Com a vigência da Lei, admite este Ministério, foi fixada uma limitação para recondução aos citados cargos universitários, computando-se assim, obviamente, o período já exercido anteriormente à lei".

4. Parece-me correta a interpretação dada ao texto legal pelo Senhor Ministro. O objetivo primordial da norma em estudo foi, sem sombra de dúvida, limitar, no tempo, a permanência dos dirigentes de estabelecimentos universitários, evitando-lhes a perpetuação nos cargos de direção, dentro do espírito que norteou a citada lei.

5. Não teria sentido a exêgese contrária, por isso que estaria frustrando a inspiração e o propósito da norma legislativa.

6. Na espécie, não se trata de dar efeito retroativo à lei nova, para atingir situações pretéritas, mas de dar-lhe efeito imediato, de modo a disciplinar todo o conjunto de fatores concernentes à hipótese.

7. Como se sabe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituiu-se num marco decisivo na transformação da arcaica estrutura da educação de nosso país, modificando, alterando e substituindo os ultrapassados conceitos e superados princípios da técnica educacional.

8. Daí, porque, na sua vigência, não se podem e não se devem conservar critérios por ela condenados.

9. Eduardo Espínola, em seu "Tratado do Direito Civil Brasileiro" citando Paul Roubier, ao comentar sua teoria sobre a matéria, assera:

"O princípio é, evidentemente, que, enquanto uma situação jurídica não está constituída ou extinta, a lei nova pode modificar as condições de sua constituição ou de sua extinção, sem que haja efeito retroativo: — há somente efeito imediato da lei" (ob. cit. volume II, página 182).

10. Logo, a Lei de Diretrizes e Bases, fixando novo critério, sem encontrar obstáculos no princípio do direito adquirido, tem efeito imediato, para o fim de não permitir recondução dos que tenham sido reconduzidos anteriormente, através de normas já não permitidas pela legislação vigente.

11. Assim, sou de opinião, que a limitação imposta pela Lei nº 4.024-61, atinge aos que exerceram os cargos antes de sua vigência.

Sub censura

Brasília, 20 de julho de 1966. — Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República.

